267ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Data: 31 de julho de 2026
Horário: 08h30

1. Apresentação das políticas desenvolvidas pela Subsecretaria da Pessoa com deficiência:
A Subsecretária Laís Paulino apresentou as ações da Subsecretaria de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência, destacando a regulamentação do Cadastro Estadual da Pessoa com Deficiência, a implantação da Plataforma Digital de Libras, a elaboração dos Planos Estaduais voltados às pessoas com deficiência e TEA, além da disponibilidade para apoiar os municípios.

2. SUAS em Ação – Regiões Pantanal e Sudoeste:
A técnica Maria Eleuza, da Escola do SUAS, apresentou o balanço das edições do SUAS em Ação, que atenderam 58 municípios e 659 trabalhadores e gestores. Informou a programação de agosto, incluindo capacitações do AEPETI, atividades do Cadastro Único e o encerramento do curso MS contra o Trabalho Escravo, Escravo Nem Pensar, destacando o ajuste de data previamente comunicado aos participantes.

3. Proteção Social e a Identificação de Pessoas Desaparecidas:
Reforçaram a importância de os municípios identificarem, na rede Socioassistencial e nos serviços de acolhimento, pessoas sem identificação ou informações sobre sua origem e vínculos familiares. Foi orientado que os casos sigam o fluxo estabelecido pelo ponto focal estadual da segurança pública, ressaltando que os dados não serão utilizados para investigação criminal. Também foi recomendada a divulgação dessas orientações à área da saúde, e informado que o material da apresentação está disponível aos municípios.

4. Prazo final do RELATÓRIO DE GESTÃO 2025 – bloqueio de recursos do cofinanciamento FEAS para os Municípios com irregularidades:
Foi informado o encerramento do prazo do Relatório de Gestão 2025, destacando a existência de pendências em diversos municípios. Reforçaram a necessidade de regularização da documentação e do Conselho, Plano e Fundo Municipal de Assistência Social, alertando para possíveis notificações e suspensão de repasses. Também será divulgada uma lista atualizada dos municípios pendentes.

5. Condicionalidades do Programa Bolsa Família:
Foi informado que, em julho, ocorre a repercussão das condicionalidades da educação, enquanto as da saúde são acompanhadas semestralmente. Destacaram que o monitoramento permite identificar vulnerabilidades e orientar o acompanhamento das famílias. Também foi anunciada a inclusão, no

Cadastro Único, de dados sobre pessoas resgatadas de condições análogas à escravidão.

6. Aprovação e pactuação do Resumo Executivo (Ata) da 266ª Reunião Ordinária da CIB/MS:
O documento foi pactuado e aprovado pelos presentes.

Informes (SEAD):

- Caderno de Orientações Técnicas do PAEFI;
Apresentada a atualização sobre o novo Caderno de Orientações Técnicas do PAEFI, destacando sua importância para orientar e fortalecer o trabalho das equipes dos CREAS. Informou que o documento, elaborado com a participação das cinco regiões do país e já submetido à consulta pública, está em versão preliminar e aguarda publicação. Ressaltou os avanços nas orientações metodológicas e a importância da capacitação das equipes para sua implementação.

- Termo de Aceite para situações de emergência e calamidade pública;
Reforçada a importância da adesão dos municípios como medida preventiva. Esclareceu que a adesão não garante recursos imediatos, mas contribui para organizar previamente a documentação e os fluxos necessários para solicitar apoio em situações de emergência. Orientaram os municípios pendentes quanto aos procedimentos de adesão e informou que a equipe estadual está disponível para prestar suporte.

- **Termo de Aceite do FORSUAS e Centro POP;**
Informaram que os cinco municípios do Estado que possuem o serviço já realizaram a adesão. Destacou que Corumbá já recebeu o recurso e que serão realizadas visitas técnicas aos municípios para orientar e fortalecer as ações desenvolvidas pelos Centros POP.

- **Primeira infância - agosto Verde;**
A técnica Roberta Kelly, reforçou a importância de ações voltadas ao desenvolvimento infantil e ao apoio às gestantes e famílias. Orientou os municípios a promoverem atividades educativas e intersetoriais, em articulação com as políticas de assistência social, saúde e educação, observando as restrições do período eleitoral. Informou, ainda, que a Coordenação da Primeira Infância no SUAS disponibilizou orientações e modelo de plano de ações coletivas aos municípios.

- Escravo nem Pensar;
Foi informado que o Cadastro Único passará a incorporar informações do Ministério do Trabalho e Emprego sobre pessoas resgatadas de condições análogas à escravidão, fortalecendo a articulação entre a gestão do Cadastro Único e as ações de enfrentamento ao trabalho escravo.

Inclusão de pauta (SEAD):

7. Benefícios Eventuais:
Informaram que os municípios deverão adequar a legislação local sobre Benefícios Eventuais à Resolução CNAS nº 213/2025, até dezembro de 2026. Como o tema poderá sofrer alterações após deliberação do CNAS, orientaram aguardar novas definições. Destacaram a priorização do aluguel social para mulheres em situação de violência e a vedação ao uso desses benefícios para deslocamento compulsório de pessoas em situação de rua.

Inclusões de pautas (COEGEMAS):

- **PEC7:**
Foi reforçada a importância da participação dos gestores nas reuniões da CIB/MS e do COEGEMAS, bem como da mobilização em defesa do financiamento do SUAS. Diante das dificuldades financeiras enfrentadas pelos municípios, foi proposta a elaboração de documento conjunto da CIB/MS, com apoio dos 79 prefeitos, a ser encaminhado ao Congresso Nacional, em defesa da aprovação da PEC e do fortalecimento do cofinanciamento da assistência social.

- **Carta Compromisso da Assistência Social:**
Ao final, foi proposta a atualização da Carta Compromisso da Assistência Social, em articulação entre CIB/MS, COEGEMAS e CEAS, além da realização de reuniões com representantes políticos para apresentar as demandas prioritárias do SUAS e defender a aprovação da PEC.

- **Demandas encaminhadas pelo INSS:**
Os gestores relataram dificuldades com demandas do INSS que ultrapassam as atribuições da assistência social, gerando sobrecarga das equipes e impactos nos serviços do SUAS e do Cadastro Único. Reforçaram a necessidade de elaborar documento orientativo, com base nas normativas vigentes, para esclarecer as competências e os limites de atuação dos municípios.

- **Os impactos sociais da região do Bolsão:**
Gestores destacaram os impactos sociais dos grandes empreendimentos nos municípios da região do Bolsão, especialmente o aumento dos custos de moradia e da demanda por benefícios eventuais, como aluguel social. Diante da sobrecarga dos orçamentos municipais, foi sugerida a realização de estudo técnico para subsidiar estratégias de enfrentamento e diálogo com as empresas.

- **Egressos do Sistema Prisional:**
Foi destacada a preocupação com os impactos da Rota Bioceânica, dos novos empreendimentos e do aumento da migração sobre a habitação e os serviços municipais. Foi sugerido a elaboração de diagnóstico e a definição de estratégias conjuntas, incluindo a discussão sobre cofinanciamento e encaminhamentos institucionais.